

Brunner, Emil. Equívoco sobre a Igreja, trad. Paulo Arantes. São Paulo: Editora Cristã Novo Século, 2ª impressão, 2004, 142pp

Júlio Fontana

“Desde os dias da Reforma até os nossos dias, nunca esteve claro como a Igreja, no sentido de vida espiritual e fé – a comunidade de Jesus Cristo – está relacionada com as instituições convencionalmente chamadas igrejas. Este problema tem se tornado mais forte do que nunca como resultado do movimento ecumênico; mas não está no caminho de ser resolvido e a idéia de reunião das igrejas – entendido por muitos “ecumênicos” ser o real objetivo do movimento – mostra, como nada mais, quão inadequadamente tem sido apreciada a intensidade do problema. Para a Igreja Católica Romana, entretanto, este problema parece absolutamente não existir. Roma apresenta ao mundo a face de uma igreja que está certa de si mesma. Mas isto é tão somente aparência; na realidade, Roma também não está pronta para responder à questão, como o fenômeno visível no Novo Testamento denominado Ecclesia está relacionado com a igreja papal, como a última tem se desenvolvido no curso de séculos; a inquietude daqueles que não podem se satisfazer com a fórmula simples de que a primeira evoluiu na outra, é menos facilmente satisfeita quando mais tempo ela dura. Nos últimos 50 ou 100 anos, a pesquisa do Novo Testamento tem incansável e bem sucedidamente dirigido-se para a tarefa de elucidar para nós o que foi conhecido como a Ecclesia no cristianismo primitivo – muito diferente do que é hoje a chamada Igreja, tanto na campo Romano como no Protestante. É, contudo, um fato bem conhecido que dogmatistas e líderes da Igreja freqüentemente prestam pouca atenção aos resultados da pesquisa do Novo Testamento, e estão prontos a construir uma ponte sobre o abismo entre elas através de uma hábil fórmula como esta do desenvolvimento, ou apelar à distinção entre a Igreja visível e a invisível, e assim dar uma falsa solução a este grave e penoso problema, Mas, enquanto muitos teólogos e líderes da Igreja são hábeis para acalmar suas consciências

com tais fórmulas, outros estão dolorosamente cientes da diferença entre a comunidade cristã do período apostólico e nossas próprias ‘igrejas’, e não podem escapar à impressão que, talvez possa haver algo errado com o que nós chamamos a Igreja” (p. 07s.). Essa é uma boa parte do prefácio de Emil H. Brunner à sua obra a qual nos propomos a resenhar. Por que resolvi transcrevê-lo quase que integralmente? Porque Brunner levanta problemas que são cruciais e que podem levar o cristianismo como se conhece hoje ao seu fim. Esse pelo menos era o sentimento daquela época – o cristianismo passava por uma grave crise. Tillich, Bonhoeffer e Bultmann criam que o cristianismo, do jeito que estava não iria à frente, algo teria que mudar.

“A eclesiologia sempre foi uma das mais complexas e mais mal trabalhadas áreas da teologia. Frequentemente relegada a uma posição de inferioridade, a doutrina cristã da igreja tem sofrido de uma confusão de caráter crônico na história das idéias cristãs. Muitos pensam que os estudos tradicionalmente classificados sob o rótulo de eclesiologia, a saber, os atributos e as marcas da igreja, a missão da igreja, formas de governo, os sacramentos ou ordenanças, etc., deveriam ser estudados pelos pensadores responsáveis pela teologia prática e pastoral, pois são eles que estão trabalhando com a prática do trabalho eclesiástico. Por trás dessa disputa está a falácia da enciclopédia teológica, isto é, a meia-verdade heurística que a teologia pode ser compartimentalizada. Não resta qualquer dúvida que é impossível fazer um estudo teórico do conceito de igreja sem levar em consideração a teologia pastoral; mas isso é verdade em relação a todas as áreas da dogmática. A compartimentalização da teologia, um dos nefandos resultados da gradual conformização da teologia ao espírito racionalista da modernidade, tem causado grandes danos ao trabalho teológico. Ao pensarmos a igreja, ou qualquer outro tema teológico, devemos fazer simultaneamente teologia exegética, dogmática, histórica, filosófica e prática, permitindo assim que diferentes perspectivas possam contribuir para a imagem final que se pode obter”. [1] Brunner nessa obra faz exatamente isso. Parte das conclusões alcançadas pela Teologia Bíblica, as quais, aliás, não estavam tão avançadas como hoje. Talvez por isso, alguns pontos da exposição de Brunner, para nós, já seja algo como certo, mas que na época ainda estavam em discussão. Essa obra é de suma importância

para a eclesiologia, e principalmente para o nosso contexto, o qual está em fase de reestruturação e definição de novos rumos. Como Gouvêa observa ao final da sua introdução: “O que se propõe é que aprendamos com o passado, com a história do povo escolhido de Deus, sua igreja, assim como com os erros e os acertos de Emil Brunner, pensador de não poucos talentos, para que possamos enfrentar a nossa própria crise eclesiástica e possamos produzir uma nova dogmática, uma dogmática de cunho fractal, isto é, uma dogmática com consciência histórica, uma dogmática com consciência lógico-analítica e, por fim, uma dogmática contextualizada, uma dogmática autóctone que produz teologia brasileira para o bem e o progresso da igreja brasileira e da nossa nação”. [2]

O que Brunner expõe nessa obra? Um dos pontos mais importantes que pode ser visto nesse livro é a exposição do teólogo de como se deu o desenvolvimento da Ecclesia ao neo-catolicismo romano. Antes precisamos compreender dois aspectos da Ecclesia: o culto e vida diária, e, os sacramentos. A Ecclesia do Novo Testamento, em sua forma original, é a comunidade de Cristo ou o povo de Deus reunido com o propósito de adoração divina. Entretanto, Brunner diz ser incorreto afirmar que a Ecclesia torna-se verdadeira somente no ato de assembléia (p. 67). Os primeiros cristãos estavam conscientes de sua membresia da Igreja mesmo quando ela não estava reunida para o culto. Eles entendiam que suas vidas eram um ato contínuo de adoração à parte do culto contínuo; quando cada indivíduo em sua esfera particular de atividade na vida, no mundo, no círculo da família ou em seu passatempo diário, oferecia sua vida a Cristo seu Mestre como um sacrifício agradável a Deus. Estes encontros de adoração tinham como propósito predominante edificar o Corpo de Cristo. As assembléias eram edificantes não no sentido meramente de elogio, mas no sentido estrito e literal de desenvolvimento. Mas não era apenas o encontro em si que era tão significativo para a realização da membresia do indivíduo no Corpo de Cristo, era antes o caráter do encontro que servia a este verdadeiro propósito de incorporação. Estes encontros não eram simplesmente – como vieram a ser chamados posteriormente – um *coetus fidelium* [reunião ou assembléia fiel], um reunir-se e estar um com o outro, mas visavam fazer da simples assembléia um ato de cooperação vital. Eles indicavam a representação de algo na comunidade, um dar e receber recíproco. Isso mostra que

na Ecclesia é especialmente enfatizado que todos estavam ativos nela. Ela não conhece distinção entre o ativo e o passivo, entre aquele que administra e aqueles que são recipientes – isto é novamente evidenciado no caráter da adoração divina. Cada um dava a sua contribuição e por essa razão não era permitido ninguém monopolizar a audiência da assembléia. Portanto, este culto nada sabe da distinção entre sacerdócio e leigos; seus membros estão cientes de formarem um sacerdócio e este sacerdócio santo é a edificação de cada um e de todos. Partimos agora para a compreensão dos sacramentos. A refeição sacramental é aquela porção, ou aquela forma de adoração divina, da qual os incrédulos estavam excluídos. De um modo especial ela é a edificação do corpo de Cristo. Por isso, ela é especialmente aquilo que constitui a comunidade cristã como tal: comunhão em e através de Cristo. Neste ponto unem-se o materialismo e o socialismo divino: pois no comer do pão e no beber do vinho ocorre que Cristo está no meio deles, e conseqüentemente eles tornam-se um corpo. Aqui, portanto, vemos em operação o místico (a unificação de todos em Um) e o mágico (a comunicação de poder espiritual através de um instrumento material). Falemos agora sobre o outro sacramento praticado pela Igreja: o batismo. Esse era um rito de iniciação na Igreja e através da sua cerimônia algo do poder do Espírito Santo entrava na pessoa batizada. O que nos importa é que, no Novo Testamento, estes dois ritos, os quais a Igreja posteriormente chamou de sacramentos, nada tem a ver com a ordem da Igreja. Nenhuma palavra é dita sobre quem pode ou não batizar, ou sobre a administração do pão e do vinho na refeição. E ainda mais, nestes assim chamados sacramentos, encontram-se o ponto de partida para o desenvolvimento institucional posterior, para o movimento pelo qual a comunidade cristã primitiva torna-se uma Igreja.

A Ecclesia do Novo Testamento é uma comunhão de pessoas e nada mais. Ela é o Corpo de Cristo, mas não uma instituição. Portanto, ela não é o que mais tarde se tornou como resultado de um processo lento e constante de transformação, embora despercebido: ela não é ainda uma Igreja. A Igreja – primeiramente a Católica Primitiva, e depois a Neo-Católica Romana – é distinta da Ecclesia, acima de tudo nisto – que em primeiro lugar ela não é mais uma comunhão de pessoas, mas antes uma instituição, e – particularmente em sua forma Católica

Romana – entende-se como tal. Como essa transformação ocorreu? Brunner diz que é possível localizar um ponto que pode ser considerado como o verdadeiro ponto de partida para a erupção e cristalização das novas tendências e este ponto encontra-se muito próximo do centro da Ecclesia do Novo Testamento, sendo que a mudança consiste em uma mudança muito leve de ênfase, a qual pode ser caracterizada por dizer que, o que estava muito perto do centro tornou-se ele mesmo o centro: a saber, a refeição sacramental, a Eucaristia. Por ser um ato perpetuamente repetido conforme a Palavra do Senhor, pelo qual a comunidade procura compreender-se como uma comunidade com e em Cristo; a refeição festiva torna-se a própria essência da salvação, e a coisa que constitui a vida em comunidade. Nisto estava implícita uma série de mudanças adicionais, cheia de conseqüências momentosas. No período primitivo, nada de importante foi anexado à unidade da comunidade cristã local, visto que a Ecclesia existe onde dois ou três se reúnem em nome de Cristo, e a idéia de comunidade local, como tal, simplesmente não tinha surgido. Mas agora, que a refeição sacramental é a essência da sociedade cristã, a unidade da comunidade local torna-se imediatamente a condição indispensável da celebração correta. A pluralidade de igrejas que se reúnem em casas, necessariamente precisa desaparecer, o princípio “num lugar, uma única congregação” é formulado. Portanto, visto que agora a refeição é considerada como o que constitui a vida da comunidade cristã, a congregação concreta que celebra esta refeição deve ser a verdadeira Igreja de Cristo. Em segundo lugar, esta necessária unidade e singularidade da comunidade somente poderia ser realizada ou assegurada, se alguém a estabelecesse e a incorporasse em sua própria pessoa. A partir do círculo de superintendentes ou presbíteros, a quem sempre foi confiado o dever de ordenar e guiar a vida da comunidade, um deve agora emergir como o líder autoritário, em cuja pessoa a unidade da comunhão cristã estivesse visivelmente representada, e que fosse responsável por assegurá-la: o “bispo”. Em terceiro, uma vez que a Eucaristia tornou-se alimento da salvação, era inevitável que a distinção entre aqueles que dão e aqueles que recebem, daqui para frente, deveria receber uma importante ênfase religiosa, visto que anteriormente foi simplesmente um arranjo técnico sem qualquer significado religioso. Uma distinção entre o sacerdócio e

o laicato começou a ser estabelecida. Em quarto lugar, com a morte da primeira geração, a apostólica, fez-se sentir a necessidade de se obter um substituto para a autoridade apostólica. O que poderia ser mais natural que a transferência desta autoridade para os sacerdotes-bispos, que já eram exaltados como autoridades por sua pré-eminência sacerdotal sobre a missa dos leigos, e seu significado para a unidade da Igreja local? Estes vários desenvolvimentos, contudo, adquiriram importância suprema, somente porque na própria Ecclesia ocorreu uma mudança fundamental pela superestimação da refeição sagrada, embora até agora quase imperceptível. Antigamente, era a obra do Espírito Santo que conferia à congregação sua vida orgânica: era uma unidade espiritual, e precisamente por isso, o Corpo de Cristo. Mas agora, tornou-se uma unidade sacramental. Ninguém pode superestimar a importância desta mudança de uma comunhão espiritual – com seu caráter completamente pessoal, em uma comunhão coletiva e sacramental – com o seu centro essencialmente impessoal, e por isso estrutura impessoal, mesmo que a mudança possa não ter acontecido de uma vez, mas pelo contrário, muito lentamente, em estágios pequeninos e imperceptíveis. Juntamente com o sacramentalismo vem o institucionalismo. Esse institucionalismo, por sua vez, é representado visivelmente pelo episcopado. Sacramentalismo, institucionalismo e episcopado geram a estrutura legal da Igreja. Brunner, com outras palavras diz “o que acontece do ponto de vista sacramental em relação à estrutura da comunidade, acontece ao mesmo tempo e no mesmo sentido do ponto de vista do ofício: da comunhão pessoal desenvolve-se uma instituição, da Koinonia um coletivo; do organismo – o Corpo de Cristo – desenvolve-se o aparato da autoridade eclesiástica” (pp 85-86). Em suma podemos descrever essa mudança do espiritual para o sacramental da seguinte forma: “o ser essencial da Ecclesia como uma unidade espiritual, uma comunhão de pessoas, no processo, foi transformado em algo mais – uma instituição. A transformação dos ministérios em ofícios, da refeição no sacramento que controla a vida da Igreja, isto é, os motivos institucional e sacramental, participam igualmente neste desenvolvimento e reagem um sobre o outro. O sacramento exigiu sacerdotes, a necessidade de ordem e unidade exigiu autoridade legal, canônica” (p. 90).

“O que nós conhecemos como a igreja ou as igrejas resultantes do desenvolvimento histórico não podem reivindicar ser a Ecclesia no sentido do Novo Testamento” (p. 113). Brunner aponta que nem a Igreja Católica Romana, nem as protestantes representam aquilo que era a Ecclesia do Novo Testamento. A crítica que ele faz a esses segmentos também vale para o mais novo deles: o pentecostal. O autor não faz uma crítica direta a esse segmento, porém, vou fazê-lo por serem aqueles que mais reivindicam essa representatividade. Como vimos, a transformação da Ecclesia, fundada no poder do Espírito Santo e no amor de Cristo, para a Igreja, sacramental e institucional, se deu em torno da refeição festiva, que foi sacralizada se tornando a Eucaristia. Vimos, também, as decorrências dessa transformação: distinção entre sacerdotes e laicato, concentração da graça da salvação nas mãos do sacerdote, episcopado, disciplina eclesiástica, etc. Com a reforma nada disso mudou. O sacerdócio universal “não saiu do papel”, a graça ainda está concentrada nas mãos dos sacerdotes; a forma de governo, em algumas denominações, mudou, entretanto, continuou o autoritarismo. Na disciplina eclesiástica também não aconteceram grandes mudanças. O segmento pentecostal também não mudou nada disso. Apesar de tentarem resgatar a presença do poder do Espírito Santo na Igreja, muitas das vezes o fizeram por fingimento, usando estratégias, a fim de conseguirem um grande número de convertidos visando o dízimo. Espírito Santo é imiscível com institucionalização. Creio que uma igreja eucarística, sendo visto esse rito como sacramento, jamais representará a Ecclesia do Novo Testamento.

Termino essa resenha mostrando como o grande teólogo Emil H. Brunner via a Ecclesia do Novo Testamento. “A comunhão com Cristo, portanto, está profundamente baseada não somente na Palavra, mas também na obra eficaz do Espírito Santo como de um poder sobre-lógico que, mesmo sem palavras pode provar sua realidade através do testemunho de amor, da paz interior própria daqueles que estão reconciliados através da cruz, de sua alegria infalível no meio da tristeza, através do poder que consolida os irmãos numa unidade, através de sua pronta simpatia para com os sofrimentos e necessidades dos outros, através de sua boa vontade para fazer sacrifícios pessoais entendidos como uma consequência auto-explicativa fluindo do sacrifício de Cristo”.

NOTAS

[1] GOUVÊA, Ricardo Quadros. Quando Brunner pensa a igreja, in: BRUNNER, Equívoco sobre a Igreja, pp. 09s.

[2] Ibid., p. 11.